PJ de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário 2009.

2.3.10. Processo 000291-110/2014**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Grupo Espírita União, Amor e Fraternidade

Origem:

PJ de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto:

Apuração finalística das contas relativas ao ano-calendário 2012.

2.4. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUZA:**2.4.1. Processo 006359-003/2015****Requerente:**

11ª PJ de Marabá

Requerido:

Sebastião Miranda Filho

Origem:

11ª PJ de Marabá

Assunto:

Apurar possíveis irregularidades nas obras que estão sendo realizadas pela Prefeitura de Marabá em frente a um terreno murado na Rodovia Transamazônica.

2.4.2. Processo 000760-116/2013**Requerente:**

8ª Vara do Trabalho de Belém

Requerido:

Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMP

Origem:

2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apuração de possíveis irregularidades envolvendo a contratação de servidores temporários pela Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP).

2.4.3. Processo 000230-112/2015**Requerentes:**

Ministério Público do Estado do Pará; B.S.

Requerido:

Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN

Origem:

2º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto:

Apurar a situação de risco e vulnerabilidade sofrida por pessoa idosa.

2.4.4. Processo 000084-001/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Município de Chaves - Pá

Origem:

PJ de Chaves

Assunto:

Apurar possíveis irregularidades na investidura e exercício de cargos públicos municipais.

2.4.5. Processo 000081-001/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de São João do Araguaia/PA

Origem:

PJ de São João do Araguaia

Assunto:

Apurar indícios de improbidade administrativa pela contratação irregular de servidores através de ato legislativo ilegal, desobedecendo emenda modificativa da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Vereadores de São João do Araguaia,

2.4.6. Processo 000214-012/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Secretaria de Saúde do Município de Capanema/Pá

Origem:

3ª PJ de Capanema

Assunto:

Apurar as condições precárias de funcionamento do Hospital São Joaquim, em Capanema-PA.

2.4.7. Processo 000102-922/2015**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Município de Itaituba/Pá

Origem:

2ª PJ de Itaituba

Assunto:

Criação e implantação do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON no Município de Itaituba/Pá.

2.4.8. Processo 000008-111/2013**Requerente:**

Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos:

Operadores de telefonia: TIM Celular S/A; Claro S/A; Vivo celular; OI TNL PCS S.A

Origem:

3ª PJ do Consumidor da Capital

Assunto:

Apurar, em tese, a má qualidade na prestação dos serviços de telefonia celular em Belém e Área Metropolitana.

2.5. Processos de Relatoria do Conselheiro ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:**2.5.1 . Processo 000164-012/2015**

Requerente: Empresa Honeywell Industria Automotiva Ltda

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Origem: Conselho Superior do Ministério Público

Assunto: Autos de pedido de exclusão da Empresa Honeywell Industria Automotiva LTDA. dos Inquéritos Civis 003/2011 e 001/2012 instaurados pela Promotoria de Justiça de Ulianópolis.

2.5.2. Processo 000298-112/2013

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará; C.N.O.; J.S.M.; A.L.R.; M.C.C.; M.S.S.C.;

Requeridos:

Prefeitura Municipal de Belém; Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA

Origem:

2º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto:

Apurar a falta de médico neurologista na rede municipal de saúde.

2.5.3. Processo 000243-450/2015**Requerentes:**

Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100;

T.A.O. e outros

Requeridos:

J.A. ; R.O

Origem:

4º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apura denúncia do disque 100 nº 255973, acerca de abuso sexual e negligência contra criança e adolescentes.

2.5.4. Processo 000025-450/2015

Requerente: M.R.P.

Requerido:

Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem:

1º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar suposta situação de risco vivenciada por criança.

2.5.5. Processo 000097-913/2015

Requerente: S. F.S.

Requerido:

M. L. P. S.

Origem:

13ª PJ de Marabá

Assunto:

Apurar situação de vulnerabilidade vivenciada por idosa, portadora de necessidades especiais.

2.5.6. Processo 000120-151/2014

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Hospital Beneficente Portuguesa - D. Luis I

Origem:

2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar informação de que o Hospital Beneficente Portuguesa - Dom Luis I, cadastrado no SUS para a realização de 05 exames de Arteriografia por mês, não os estaria realizando, sob a justificativa de que o custo operacional não cobriria as despesas e apurar ainda denúncia de que o Hospital Ophir Loyola, também credenciado pelo SUS, não estaria realizando tal exame por estar com o equipamento com defeito.

2.5.7. Processo 000103-151/2015

Requerente: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social

Requerido:

Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA

Origem:

2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao repasse de verbas à Federação das

Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), no exercício de 2012.

2.5.8. Processo 000100-113/2014

Requerente: Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Requerido:

Paulo Magno Gonçalves Matos

Origem:

1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo

Assunto:

Apurar possíveis irregularidades na execução de obra em propriedade localizada no centro histórico de Belém sem prévia autorização da FUMBEL.

3. Comunicação de vagas**4. O que ocorrer**

Belém, 06 de junho de 2016.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 970299

EXTRATO DA ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2016

(Lei nº 8.625, de 12.02.1993 - art. 15, § 1º)

DATA E HORA - 31.05.2016, das 10h00 às 16h20.

LOCAL - Plenário "Octávio Proença de Moraes", no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. **PRESENTES** - Dr. **MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES**, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. **ADÉLIO MENDES DOS SANTOS**, Corregedor-Geral do Ministério Público; e os Conselheiros: Dr. **RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES**, Dra. **ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**, Dra. **MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA** e Dr. **ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**.

JUSTIFICATIVA DE FALTA: A Exma. Conselheira Secretária Rosa Maria Rodrigues Carvalho informou que o Exmo. Conselheiro **NELSON PEREIRA MEDRADO** estava participando de missão institucional em nosso Estado.

PALAVRA FACULTADA: A Exma. Conselheira Secretária Rosa Maria Rodrigues Carvalho informou que foi recebido expediente protocolizado sob o nº 28690/2016, que a Exma. Promotora de Justiça Polyana Brasil Machado de Souza solicita cópia da gravação da Ata da 5ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizada em 24.05.2016.

A Exma. Secretária explicou que submeteu o referido pedido ao Colegiado, uma vez que aquela sessão foi tornada secreta pelo Conselho Superior.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DETERMINOU que se atenda ao pedido, informando à interessada da responsabilidade que passa a ter sobre a divulgação do documento.

DELIBERAÇÕES - Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

1. Apreciação de proposta de alteração da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP, que dispõe sobre o afastamento de membros do Ministério Público do Estado do Pará para frequentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no país ou no exterior.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, APROVOU o texto abaixo que alterou a Resolução nº 002/2009-MP/CSMP, de 23 de junho de 2009:

- O artigo 2º e seus §§ 1º e 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O pedido de afastamento será dirigido pelo interessado ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, que determinará sua distribuição, devendo ser instruído com:

§ 1º. O pedido será interposto com antecedência de 30 (trinta) dias do afastamento.

§ 2º. Quando o pedido estiver insuficientemente instruído, deverá o Conselheiro Relator determinar